



# Retoricidade e Práticas Letradas

Mannuella Luz de Oliveira Valinhas\*

“A retórica ressurgue sempre em períodos de crise”.<sup>1</sup> A frase de Michel Meyer pode ser ilustrativa para o ressurgimento da retórica moderna. A perda de confiança na neutralidade discursiva e na representação automática do *self* por meio do discurso pode ser encarada como uma das grandes rupturas do modernismo em relação à linguagem. Por isso David Wellbery afirma que um retorno da retórica só é possível no modernismo dada a queda dos paradigmas responsáveis pelo fim da retórica clássica. Para este texto, pretendemos esboçar, a partir da idéia formulada por Wellbery de fim da retórica clássica e retomada dos estudos retóricos via concepção de retoricidade, uma possibilidade de apreensão das práticas discursivas<sup>2</sup> letradas do Antigo Regime,

---

\*Bacharel e Mestre em História pela FAFICH/UFMG; Doutoranda em História pela PUC-Rio. manuellaluz@yahoo.com.br

<sup>1</sup> MEYER, Michel. Prefácio. In\_ PERELMAN, Chaim & OLBRECHTSTYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

<sup>2</sup> Uma vez que não pretendemos elaborar uma teoria do que seja uma prática discursiva neste texto, cabe indicar uma idéia de discurso e de suas relações com o real com a qual temos afinidade: “O uso do termo ‘discurso’ e o conseqüente de formas discursivas são de extrema relevância contra a manutenção de um problema tão delicado quanto normalmente tratado de modo grosseiro: a relação da linguagem com a chamada realidade. Diante dessa relação, é explicável que o leigo tenda a pensar que a linguagem é mera transportadora daquilo a que se refere – aquilo de que se fala estaria previamente ali, fora ou dentro, de quem fala. A linguagem seria, pois, transparente, e não interferiria no que apenas transmite. Ora, o princípio do discurso, supondo protocolos e regras a serem cumpridos, torneios a serem levados em conta,



que, levando em consideração suas especificidades históricas, lingüísticas e sócio culturais, não se deixe levar, por um lado, pela determinação histórica ou sociológica, nem, por outro, pelo anacronismo de impor categorias exteriores às práticas supra citadas.<sup>3</sup> Para isso, vamos dispor o texto em três momentos: o primeiro pretende apresentar a história da derrocada da retórica e a idéia de retoricidade tal como proposta por Wellbery; a segunda, pretende tratar da interpretação da retórica como “arte poética” ou “arte da persuasão”; e, por fim, trataremos de esboçar a possibilidade de uma retórica que faça parte de uma produção discursiva não informada pela ruptura entre forma e conteúdo, ou pelo binômio racionalismo/irracionalismo.

Para os estudos sobre a retórica que se desenvolvem atualmente, há de se pensar em dois momentos cruciais para a retórica (como disciplina ou como arte de produção textual). O iluminismo e o romantismo acarretaram o fim da retórica clássica como sistema dominante, seja

---

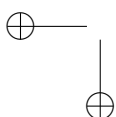
de acordo com a posição dos interlocutores e o fim que se propõem, permite que se rompa com o privilégio – legado sobretudo pelo século XIX – da dita” realidade. Em vez de a linguagem ser considerada um carteiro que entrega uma mensagem da realidade, a consideração do discurso mostra que a linguagem antes se compara a uma rua de mão dupla. Da realidade com que se relaciona, o discurso recebe e dá. O discurso não é seu simples transmissor; não é a simples transposição verbal do que rodeia o falante; portanto não é algo passivo e neutro.” COSTA LIMA, Luiz. *O Redemunho do Horror: as margens do ocidente*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2003. pág. 39.

<sup>3</sup>“Uma vez aqui, a crítica mais radical da literatura como meio, veículo, reflexo ou representação deve avançar até a crítica da “finalidade” dela na história, e, portanto, deve avançar até a crítica da teleologia. Cabe, então, reconhecer que estes estudos não se aproximam, agora, de algo mais profundo ou preciso a propósito dos objetos tratados; não descobre um método melhor, no sentido de mais seguro ou necessário, segundo um critério universal ou racional neutro. Apenas podem, com sorte, responder mais eficazmente a uma situação presente da história, que já não parece acatar como crível que a linguagem seja representação de etapas sucessivas, historicamente mais completas e plenas, à imagem de um espírito que progressivamente se torna mais capaz de reconhecer a si mesmo.” PÉCORA, Alcir. *A Guisa de Manifesto*. In *Máquina de Gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucaud, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. São Paulo: EDUSP, 2001. Pág. 16.



de educação ou de comunicação (WELLBERY, 1998). O primeiro pela eliminação da retórica do discurso teórico e prático; e, o segundo, pela eliminação da retórica do discurso imaginativo ou estético. Entretanto, aponta o autor, podemos observar um retorno da retórica como tema investigativo ou como ferramenta analítica na modernidade, mas esse retorno supõe uma retórica diferente da retórica clássica. A retórica clássica, de acordo com Wellbery, pode ser encarada como “a arte da tomada de posição no discurso” (WELLBERY, 1998, pág. 14). O desejo de neutralidade discursiva da linguagem advindo do iluminismo impossibilita essa “tomada de posição” intrínseca à retórica clássica, como entendida por Wellbery – ou, se não impossibilita, vê com maus olhos qualquer exposição dessa tomada de posição. Se a retórica supõe “a tomada de posição no discurso”, isso significa que as posições estão previamente definidas, e que a retórica é capaz de ser criada por hierarquias sociais (e também de criar essas hierarquias – diz da capacidade do orador, produzindo e sendo produzida pela distinção): “a arte da retórica discrimina as platéias de acordo com posição, educação e caráter social” (WELLBERY, 1998, pág.14). Assim, a modernidade seria antiretórica, uma vez que um dos seus traços marcantes seria o desenvolvimento de um discurso neutro, transparente e objetivo.

O primeiro golpe para desterro da retórica clássica (aqui nos referimos à “retórica clássica” em oposição à “retórica moderna”, e desconsideramos, por hora, as distinções entre retórica clássica renascentista e retórica clássica latina), foi o movimento iluminista. O iluminismo erigiu como uma das suas principais bandeiras a neutralidade discursiva – sobretudo no que se refere à linguagem prática, filosófica e científica. O fundamento de cientificidade dependia, ele mesmo, da afirmação da possibilidade de transparência da linguagem. O discurso científico não é antiretórico apenas do ponto de vista formal, mas, sobretudo, o discurso da objetividade está articulado a práticas sociais que devem ser, por definição, estranhas ao campo hierarquizado – o postulado da razão universal afirma que qualquer um de posse do uso da faculdade da razão pode compreender as verdades científicas – (WELLBERY, 1998). O su-





cesso da linguagem neutra das ciências dependia, ainda, da afirmação da neutralidade da posição ocupada pelo sujeito (indivíduo, sujeito autocentrado), e da criação da idéia de humanidade em geral.<sup>4</sup> Wellbery aponta aí um movimento geral rumo à neutralidade na representação. Além desses aspectos levantados por Wellbery ou por derivação a eles, lembramos ainda a separação entre conteúdo e enunciado operada pelo iluminismo. O discurso da ciência, ao se designar como espaço de neutralidade, afirma a importância daquilo que se diz em detrimento da maneira como se diz. A partir de então, qualquer tipo de “intervenção” visível do sujeito no conteúdo daquilo que é dito contribui para colocar em suspeita o conhecimento produzido. Tal cisão vai culminar na idéia de que uma operação retórica é uma operação mentirosa e que visa enganar os sentidos; que textos retóricos são textos desprovidos de conteúdo.

Assim, a retórica, a partir do iluminismo, ficou restrita às produções letradas, às *belasletras*, ou à *literatura*, concebida aqui não na acepção moderna do termo, mas como práticas que se articulam pelo domínio da retórica:

O que o iluminismo alcançou nos domínios do discurso teórico e prático, o Romantismo alcançou no domínio estético. Somente com o Romantismo a retórica foi final e completamente retirada do reino da expressão da imaginação. (...) Antes das últimas décadas do século XVIII, o conceito de literatura cobria praticamente toda a escrita; o alcance de sua aplicação tornava-se possível em função da unidade que ligava toda a doutrina retórica, que governava toda a produção verbal. Com o Romantismo, (...) a literatura tornou-se literatura imaginativa, um campo autônomo

---

<sup>4</sup>LaCapra também usa um argumento parecido para articular retórica e produção historiográfica: ele questiona a posição do historiador positivista de tentar, a todo custo, retirar o lastro subjetivo da produção historiográfica, com a intenção de manter a originalidade do fato. LACAPRA, Dominick. *History & criticism*. Ithaca: 1985.





do discurso, dotado de leis e história internas únicas. (WELLBERRY, 1998, pág. 22)

Essa “autonomia discursiva”, pode ser ligada à autonomia das artes em geral, que passam a ser vistas (e elaboradas) como emanções diretas de um “eu” subjetivo.<sup>5</sup> A própria subjetividade é a responsável pela identidade da obra. A invenção da figura do “gênio” pelo romantismo é a própria negação das antigas técnicas retóricas de criação textual. Até então os textos eram concebidos, nas palavras de João Adolfo Hansen,

(...) por prescrições retóricopoéticas e orientações teológicopolíticas partilhadas assimetricamente por autores e públicos contemporâneos. Elas põem em cena não só as matérias, os temas e as interpretações deles tidas por verdadeiras e verossímeis em seu tempo, mas também os procedimentos técnicos racionalmente aplicados para produzir os efeitos; com isso, compões a compatibilidade entre as interpretações feitas pela enunciação e por personagens em ato e os atos de representação das recepções diferenciadas que conferem sentido e valor aos discursos. (HANSEN, 2006, pág. 31)

<sup>5</sup> Essa concepção é partilhada por Bakhtin: “O Romantismo fez um descobrimento positivo, de considerável importância: o descobrimento do indivíduo subjetivo, profundo, íntimo, complexo e *inesgotável*.” (grifos meus) BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1987. pág. 39. Uma alternativa a pensar essa concepção de sujeito se encontra em COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2000. “o esforço em mostrar-se a possibilidade doutra concepção de sujeito, de um sujeito fraturado, mesmo a partir de Descartes mas, sobretudo, a partir de Kant. (...) em vez de um sujeito central e solar, procurase assinalar a importância que assume o que se poderia chamar a *posição do sujeito*, a qual, variável e raramente harmônica com outras posições suas, se torna uma das variáveis a levar em conta.” (grifos do autor). Pág. 23. Essas duas visões podem não ser antagônicas, na medida em que a *posição do sujeito* em relação à arte, no Romantismo, retira da “tradição” a possibilidade de qualidade artística, elevando a produção única e individual à única possibilidade de exercício e de julgamento da arte (a idéia de criação é o critério último de validação das produções artísticas).



Por fim, o caráter “quintessencialmente internacional” da retórica clássica garantiu sua derrocada quando o EstadoNação emergiu como formação sóciopolítica da modernidade. A partir de então, o cidadão, totalmente privatizado, pode absterse da retórica. Essa configuração de mundo apresentada por David Wellberry aponta os principais motivos de a retórica não ter figurado nas preocupações intelectuais durante quase duzentos anos.

Contudo, a retórica reapareceu na modernidade dentro das preocupações intelectuais. As condições<sup>6</sup> que fizeram desaparecer a retórica como disciplina a ser estudada ou ferramenta de análise foram questionadas, e não detêm mais posições hegemônicas dentro do “mundo ocidental”.<sup>7</sup> Esse retorno da retórica não deve, entretanto, ser tomado numa acepção de retorno da retórica clássica: Wellberry propõe que esse retorno modernista seja tomado de acordo com a idéia de “retoricidade”: a percepção de que as práticas retóricas são constitutivas dos mais diversos níveis da experiência humana. A retoricidade não se prende a regras institucionais, ela se torna a própria “condição de nossa existência”: “ela manifesta o caráter sem fundamento do discurso, que se ramifica infinitamente no mundo moderno.” (WELLBERY, 1998,

<sup>6</sup> As condições são: a) valores de transparência e neutralidade discursivas; b) autoria e expressão original da subjetividade como critérios últimos de validação da criação artísticoliterária; c) discurso político liberal; d) modelo oratório substituído pela imprensa; e) EstadoNação como unidade política central. Nessas condições a retórica só pode ocupar o lugar de uma prática anacrônica ou de um “empoeirada especialização acadêmica”. WELLBERY, David E. Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica. In *Neoretórica e desconstrução*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998. Pág. 28 a 30.

<sup>7</sup> A condição de possibilidade do retorno da retórica se dá quando se invertem as premissas que foram responsáveis por destituir a retórica, a saber: a) a perda de fé na neutralidade do discurso científico; b) a erosão do valor da subjetividade fundadora (desmantelamento dos valores de autoria e criatividade autorais); c) a explosão do modelo liberal como forma de comunicação – mesmo a arte tornase uma forma discursiva dentre outras; d) o destronamento da imprensa; e) a destruição do modelo de língua nacional com o fim da idéia de nacional como uma totalidade cultural. WELLBERY, David E. Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica. In *Neoretórica e desconstrução*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998. Pág. 32 a 34.



pág. 32). Assim, a idéia de retoricidade serve não apenas como uma ferramenta de análise de produções textuais, mas como a possibilidade de entendimento da amplitude dos processos de interação humanos. A volta da retórica na modernidade supõe o uso da retoricidade em detrimento da “retórica”, uma vez que esse conceito seria capaz de articular uma série de práticas não contempladas pelo estudo de retórica – que se concentrava nas regras de produção textuais (ou na identificação de elementos ornamentais no discurso<sup>8</sup>).

Para os estudos históricos, a idéia de retoricidade pode apontar para uma “experienciação do outro em sua alteridade” (Wellbery, 1998, pág. 70) ao tentar repor categorias de entendimento de mundos passados a partir de sua lógica específica. (A retoricidade não pretende, entretanto, esgotar os sentidos da multiplicidade das “lógicas específicas” das ações). Podemos tomar como exemplo disso o estudo de Norbert Elias acerca da sociedade de corte: ao propor o conceito de “figuração” para o entendimento da lógica da ação na corte do Ancien Regime. Elias pretende investigar a lógica (perdida para os modernos) que informa as ações dos indivíduos em sociedade (ELIAS, 1990). O conceito de “figuração” tem a capacidade de articular indivíduo e sociedade (ou história, que se preocupa com unicidade dos acontecimentos e a relação estabelecida entre tais acontecimentos e os seguintes – causalidade –, e sociologia, que exclui a dimensão causal temporal da sua narrativa, mas submete o indivíduo ao determinismo da sociedade). A interdependência não determinada entre indivíduo e sociedade pode ser compreendida, pois, por meio do conceito de “figuração”:

No debate tradicional sobre o papel dos indivíduos na história, muitas vezes partese do pressuposto de que é irre-

---

<sup>8</sup> Essa distinção entre “ornato” e conteúdo como a possibilidade de separação daquilo que é ou não uma linguagem retórica aparece de diversos modos nas discussões sobre retórica, como por exemplo a idéia de grau retórico zero: “qual é, portanto, esta outra linguagem, não marcada do ponto de vista retórico?” “infelizmente, esta linha não pode ser tratada no interior do uso atual: não existe linguagem neutra.” RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo, Edições Loyola, 2000. pág. 214.



conciliável e inevitável a oposição entre aqueles que, na investigação de nexos históricos, concentram sua atenção nos “fenômenos individuais”, e aqueles que se concentram nos “fenômenos sociais”. Mas tratase aqui de uma antinomia irreal. Ela só pode ser esclarecida no contexto de duas tradições políticas e filosóficas, uma que considera a “sociedade” algo extraindividual, enquanto a outra considera o “indivíduo” algo extrasocial. A sociedade de corte não é um fenômeno existente fora dos indivíduos que a constituem; os indivíduos que a constituem, seja o rei ou o camareiro, não existem fora da sociedade que formam em sua convivência mútua. O conceito de “figuração” serve para expressar esse estado de coisas. (ELIAS, 1990, pág. 43)

Ao enfatizar a própria possibilidade de existência dos indivíduos dentro da sociedade a partir do aspecto relacional dos seus componentes, Elias elabora, em parte (catalogar o trabalho de N. Elias dentro de uma definição fechada não é, em absoluto o objetivo aqui), um trabalho voltado para o que Wellbery chama “retórica e pragmática”. Colocando em destaque o universo do “denso emaranhado da trivialidade” do mundo do Antigo Regime, Elias elabora “uma retórica sociológica dos feitos normais” (WELLBERY, 1998) do passado.

A partir dessas considerações, nos propomos a pensar, então, a seguinte questão: como articular a idéia de retoricidade às práticas letradas produzidas antes do Iluminismo, ou às produções discursivas que não tem a objetividade nem a subjetividade radical do sujeito como critério de validação?

Para esboçar uma possibilidade de resposta a essa questão vamos voltar a uma discussão acerca da retórica elaborada no século XX que se debruça sobre a fundamentação dos princípios da retórica: a idéia de retórica como “arte de persuadir”, derivada da retórica grega e latina (antiga) que encara a retórica como “arma argumentativa” (retórica dialética) e a idéia de retórica como base da arte poética (retórica poética), derivada da retórica renascentista (clássica). Essas duas formas





de encarar a retórica estão representadas, sobretudo, pela “nova retórica” perelmaniana e pelo Grupo  $\mu$  de Liège. Apesar de discordarem em alguns pontos cruciais acerca da fundamentação da retórica e dos procedimentos para a sua análise, ambos tem o mérito de retirar o caráter pejorativo atribuído à retórica desde o Iluminismo. Essa divisão, entretanto, padece do mal de aceitar a distinção – que culminou com a derrocada da retórica – entre a retórica do discurso teórico e prático e a retórica do discurso imaginativo ou estético. Ao repartir a retórica em campos de atuação distintos ela perde sua força de articulação discursiva, e aceita impor à retórica os binarismos racional/irracional ou forma/conteúdo legados pelo iluminismo.

A *Nova Retórica* de Perelman, mais densa e rica do que pretendemos expor aqui, trabalha com a idéia de que retórica seria uma técnica instrumental, uma arte da argumentação elaborada com finalidades persuasivas, ou seja, a retórica teria sua finalidade última ligada à escolha de estratégias que transformariam a lógica em campo persuasivo (PLEBE & EMANUELE, 1988). Na tentativa de estabelecer uma distinção entre persuasão e convencimento e os resultados que podem ser obtidos quando da preferência por um dos modelos argumentativos, Perelman conclui que o argumento de caráter persuasivo é mais eficaz para quem se preocupa com o resultado, por que a convicção é apenas a primeira fase que leva à ação; enquanto que, para quem se preocupa com a racionalidade da adesão, convencer é mais importante do que persuadir. Estabelecese, aí, um vínculo entre racionalidade e convicção por um lado, e ação e persuasão por outro. O argumento perelmaniano matiza esses dois contrastes, conquanto aceite a divisão: “Propomos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* aquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” PERELMAN, & OLBRECHTSTYTECA, 2002, pág. 31). Assim, apesar de recusar o cartesianismo que iniciou a derrocada da retórica, afirmando ser o seu livro “um tratado consagrado à argumentação (que) constitui uma ruptura com uma concepção de razão e raciocínio oriunda de Descartes” (PERELMAN, & OLBRE-





CHTSTYTECA, 2002, pág. 02 – grifos do autor), Perelman reafirma sua vinculação com o racionalismo (mesmo que seja um outro que não o cartesiano), e, o mais interessante para o nosso trabalho, tem uma visão depreciativa da retórica persuasiva, acusada, então, de ligar-se àquilo que não é racional, à esfera da afetividade, da argumentação sensualista.

O Grupo  $\mu$  de Liège,<sup>9</sup> em reação a tal instrumentalização da retórica, preferiu considerá-la como uma espécie de ciência do texto, “uma repetição da retórica clássica”, ao concentrar sua atenção na estrutura do texto e manter o “pacto metáforapalavra” e a “teoria da metáfora-substituição”. A acusação mais radical a essa “escola” – que integra a Nova Retórica juntamente com a Nova Retórica de Perelman é a de que ela considera a retórica como algo cuja função seria a alteração da linguagem ordinária (concebida numa sofisticada teoria dos desvios).<sup>10</sup> A recuperação da retórica efetuada por essa corrente é a recuperação da retórica imaginativa, destituída pelo romantismo. Por isso ela se esforça para romper com a idéia de uma linguagem autoreferente:

A Rethorique Générale tem muita razão ao caracterizar os metalogismos como um desvio não entre as palavras e os sentidos, mas entre os sentidos das palavras e a realidade. Uma retórica que se pretende geral não pode, portanto, mover-se unicamente no espaço “interior” que, (...) se cava entre signo e sentido, mas deve também considerar o espaço “exterior” entre o signo e o referente para dar conta de figuras como létotes, hipérboles, alegoria, ironia, que não perturbam somente o léxico, mas a função referencial. (RICOEUR, 2000, pág. 262)

<sup>9</sup> O Grupo  $\mu$  era composto por J. Dubois, F. Edeline, Jm Klinkenberg, P. Minguet, F. Pire, e H. Trianon (*Centre de Etudes Poétiques, Université de Liège*), e produziu a importante “Rethorique Generale”, Paris, Larousse, 1970. Cf. RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo, Edições Loyola, 2000. sobretudo o Estudo V – A metáfora e a Nova Retórica.

<sup>10</sup> RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo, Edições Loyola, 2000.





Para os propósitos deste texto, cabe salientar que essa corrente também é partidária da divisão da retórica, da idéia de que há uma retórica imaginativa e outra pragmática. Num trabalho intitulado “Manual de Retórica”, Armando Plebe e Pietro Emanuele trabalham com a idéia de uma “retórica da invenção”. Tal concepção de retórica nos parece muito interessante, sobretudo por não considerar a “invenção” como “criação” de um sujeito individual, mas como *ars inveniendi*:

(...) isso significa entendela como a arte de inventar, não só limitada àquela das suas três partes antigas dedicada especificamente à *inventio*, mas abrangendo também as outras duas, a *dispositio* e a *elocutio*. Na primeira, tratase de inventar os temas conceituais, na segunda de inventar o ordenamento e a coerência dos pensamentos, na terceira, de inventar as formas expressivas desses pensamentos (PLEBE & EMANUELE, 1988, pág. 05)

A invenção proposta pelos autores não se esgota, ainda, na idéia que a *inventio* retórica seria uma invenção de segundo grau, ou seja, uma invenção a partir de conceitos preestabelecidos, mas através da “técnica do paradoxo” podese observar uma invenção que não se reduz à reestruturação de conceitos. Essa invenção vai procurar o maravilhamento do espectador. É por esse viés que João Adolfo Hansen vai analisar as “agudezas seiscentistas” da Ibéria por exemplo.

De acordo com Hansen, as produções textuais dos séculos XVI, XVII e XVIII ibéricos não podem ser lidas e examinadas por meio dos conceitos e categorias inventados somente a partir do século XIX, e que, portanto, são exteriores à época precedente sendo, ainda, ineficazes como aparatos teóricometodológicos para estudiosos que buscam a especificidade histórica das representações. Assim, nos interessa pensar as relações estabelecidas no texto em questão como a configuração das “prescrições retóricopoéticas e orientações teológicopolíticas partilhadas assimetricamente pelos autores e públicos”<sup>11</sup>. As imagens

<sup>11</sup> HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. In: FLOEMA





construídas no texto são metafóricas, são *metáforas agudas*<sup>12</sup>, porque, escritas de acordo com usos autorizados dos signos do seu tempo, e *inventadas* pelo intelecto, devem ser pautadas pela beleza e pela *eficácia*. Eficácia, nesse sentido, seria, por um lado, o maravilhamento com as imagens construídas, e, por outro lado, o entendimento do público dos ensinamentos morais expostos através das características presentes nas construções metafóricas.

“Para definir e operar a própria semelhança pela qual um signo é trocado por outro, os retores seiscentistas recorriam às três espécies de analogia escolástica, *atribuição*, *proporção* e *proporcionalidade*, como relação simultaneamente lógica, retórica e metafísica dos conceitos. Por *atribuição*, temse a semelhança de dois conceitos que participam em uma única forma, chamada ‘univoca’; por *proporção*, a semelhança de dois conceitos que não tem uma forma comum, mas duas formas proporcionalmente análogas; por *proporcionalidade*, temse a mesma relação de proporção, mas aproximandose conceitos distanciadísimos, com efeitos entendidos como alegorias fechadas ou enigmas correspondentes às anamorfozes da pintura. (HANSEN, 2006, pág. 91)

Como exemplo podemos citar um texto construído no século XVIII em Portugal: tratase do “*Folheto num. 2. Noticia, que se dá (quero dizer) que se vende a todos os curiosos da corte, que não tiveram noticia da mefma couza, que agora lhes chega a noticia. Sabem o que he? Nam? Pois eu lho digo. Prodiggiofa origem e admiráveis progreffos da sereníssima senhora Dona Secia, historia verdadeira, affim a modo de*

*Caderno de Teoria e História Literária*. Ano II, n. 02 A, outubro 2006. Vitória da Conquista; Edições UESB, 2006. (Especial João Adolfo Hansen).

<sup>12</sup> HANSEN, João Adolfo. Agudezas Seiscentistas. In: FLOEMA *Caderno de Teoria e História Literária*. Ano II, n. 02 A, outubro 2006. Vitória da Conquista; Edições UESB, 2006. (Especial João Adolfo Hansen). pág. 85.





*fabula, escrita por seu próprio autor estando ele mesmo presente; por final, que estava com a sua pena, quando a escreveo. Ora ouçamos que ahi começa a fallar o papel.”* Nele, as metáforas utilizadas servem para o *deleite do engenho*, através do efeito de maravilhamento, dado o efeito de absurdo causado no receptor:

Custou-lhe tanto o parto que nunca entendeu que o levasse à boca; pois quando por ela lhe saíram as crianças, cuidou que lançava os bofes pela boca fora. Tudo isso quer dizer que, como a Sofice se viu tão empaxada, deu um arrotto, e lançou uma filha; deu outro arrotto, e lançou outra filha; deu terceiro arrotto, e pariu a terceira filha, que era a mais nova de todas. (CESARINY, 1973, pág. 123)

De acordo com Bakhtin, a modelagem que o classicismo e o aburguesamento do gosto causaram no “homem moderno” tiveram por consequência, a perda da capacidade de analisar algumas formas discursivas antigas. Nos seu estudo sobre a cultura popular na Idade Média e no Renascimento (BAKHTIN, 1987), este autor afirma que isso foi o que aconteceu com o que ele chama “realismo grotesco”. O realismo grotesco teria sido um tipo específico de produção de imagens (um cânone), ligado, essencialmente, à cultura popular, e que não é passível de enquadramento no cânone clássico. Tal cânone – o grotesco – se perdeu para nós; deixamos de ser capazes de compreender as imagens aí produzidas, modelados que somos pelo gosto burguês. Bakhtin propõe que os historiadores devem ser capazes de recompor o cânon grotesco e entendê-lo de acordo com seu próprio sistema<sup>13</sup>.

Caminhando nesse sentido, o de recomposição de categorias adequadas ao estudo dos objetos específicos, é que articulamos a idéia de

<sup>13</sup> Essa incompreensão está presente no editor contemporâneo do Folheto n. 2: na apresentação do texto ele o qualifica (ou desqualifica) nos seguintes termos: “Prólogo de retórica imbecilizada; de conceitos logo desconcertado; de termos levados ao nulo por extensão a redes imprevistas; de usos e abusos da ecolalia; termo médico aplicável à paranóia fonética simples ou composta que foi o êxito vaiado dos dádás de Zurique. CESARINY, M. *Horta de Literatura de Cordel*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1973.





retoricidade à capacidade de análise de produções discursivas préiluministas, ou, como já dissemos, que não são informadas pelas maneiras iluministas ou românticas de concepção e elaboração de textos. Trate-se pois, de tentar pensar numa retórica que, por ser anterior às diferenciações binárias irracionalismo, racionalismo (que são creditadas ao iluminismo, mas que dificilmente são iluministas – historicamente falando) seria uma retórica total: articulação entre forma e conteúdo seria aqui fundamental para a que o texto cumpra o efeito esperado. Esse “efeito” se articula com a idéia de representaçãoefeito (COSTA LIMA, 2000), na medida em que leva em conta a não causalidade entre “função” e “efeito”, levando em conta, ainda situações (que podem até ser com “trágicas” – GUMBRECHT, 1999), onde o efeito esperado não é produzido. Nessas produções discursivas “prémodernistas” (o uso de pré aqui nada tem a ver com uma idéia teleológica, mas serve para marcar a não redução dessas construções às formas modeladas pelo gosto burguês), o efeito pretendido articulase à eficácia discursiva: não havendo a idéia de um “eu” marcadamente auto centrado, que ecoa sua subjetividade através da linguagem, cada discurso é elaborado de acordo com a sua função e o seu efeito pretendido. Trabalhar essas produções atentos para as suas especificidades – o que consideramos aqui articulados com a idéia de retoricidade, que trata da “condição de nossa existência” – traz a possibilidade de compreender as formulações específicas de um tempo, através de um conceito construído na contemporaneidade.

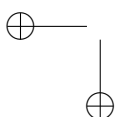
## Bibliografia

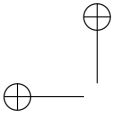
- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1987.
- CESARINY, Mário. *Horta de Literatura de Cordel*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1973.





- COSTA LIMA, Luiz. *O Redemunho do Horror: as margens do ocidente*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2003.
- COSTA LIMA, Luiz. *Mímesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich.. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na revolução francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.
- HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. In: FLOEMA Caderno de Teoria e História Literária. Ano II, n. 02 A, outubro 2006. Vitória da Conquista; Edições UESB, 2006. (Especial João Adolfo Hansen).
- HANSEN, João Adolfo. *Agudezas Seiscentistas*. In: FLOEMA - Caderno de Teoria e História Literária. Ano II, n. 02 A, outubro 2006. Vitória da Conquista; Edições UESB, 2006. (Especial João Adolfo Hansen).
- LACAPRA, Dominick. *History & criticism*. Ithaca: 1985.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WELLBERY, David E. *Neoretórica e desconstrução*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998. Pág. 28 a 30.
- RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo, Edições Loyola, 2000. pág. 214.
- PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. *Manual de Retórica*. São Paulo: 1992.





PÉCORA, Alcir. A Guisa de Manifesto. In\_ Máquina de Gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucaud, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo: EDUSP, 2001. Pág. 16.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTSTYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação – A Nova Retórica. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

